



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

GABINETE DE IMPRENSA

COMUNICADO DE IMPRENSA DO CONSELHO

NACIONAL DE DEFESA E SEGURANÇA

Teve lugar, hoje 23 de Abril de 2020, a Segunda Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Defesa e Segurança (CNDS) presidida por Sua Excelência **Filipe Jacinto Nyusi**, Presidente da República e Comandante-Chefe das Forças de Defesa e Segurança.

O CNDS apreciou, dentre vários pontos da agenda, a informação sobre a situação da ordem e segurança públicas, com enfoque para a província de Cabo Delgado.

O Conselho saudou as Forças de Defesa e Segurança pelo esforço empreendido com vista à reposição da ordem e segurança públicas bem como o normal funcionamento das instituições e apela às comunidades a continuarem o seu empenho no apoio às FDS.

O Conselho Nacional de Defesa e Segurança, analisou a situação dos ataques na província de Cabo Delgado e concluiu que o facto da autoria dos mesmos ser reivindicada pelo Estado Islâmico, uma organização terrorista, revela que estamos em presença de uma agressão externa perpetrada por terroristas.

O CNDS fez o balanço intermédio sobre o Estado de Emergência tendo enaltecido o esforço dos profissionais da saúde e de todos os intervenientes que se entregam à causa do combate ao COVID – 19.

O órgão observou com agrado a implementação das medidas preventivas contra a propagação desta pandemia. No entanto, deplora a prevalência de atitudes de alguns cidadãos que abandonam a quarentena, colocando em causa os esforços conjuntos de combate a este mal e apela a todas as forças vivas da

sociedade no sentido de maior consciencialização para a observância das recomendações das entidades competentes.

O Conselho notou com satisfação que várias empresas estão empenhadas na produção de equipamento de protecção individual contra o COVID – 19 e insta mais empresas a abraçarem a mesma iniciativa.

Por último, o Conselho Nacional de Defesa e Segurança analisou o ponto de situação da amnistia e perdão de penas, bem como de concessão de liberdades condicionais e apela à sociedade no sentido de apoiar os beneficiários da indulgência para uma efectiva reintegração na sociedade, de modo a que não retornem às práticas criminais ou que possam pôr em causa a harmonia social. **(GI)**